

11 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

12 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de qualquer outra documentação comprovativa das suas declarações.

13 — A afixação da relação dos candidatos admitidos e da lista de classificação final do concurso obedecem, respectivamente, ao disposto nos artigos 33.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e será feita nas instalações do Instituto de Informática, expositor da Direcção de Serviços de Recursos Humanos.

14 — A constituição do júri será a seguinte:

Presidente — Licenciado Rui Jorge Nunes Godinho, chefe de projectos.

Vogais efectivos:

Licenciado Carlos Eduardo Chalbert Queiroz Romero, chefe de divisão.

Licenciado Luís Eduardo Moura Tavares, especialista de informática do grau 3.

Vogais suplentes:

Licenciado Alberto Gomes de Oliveira, especialista de informática do grau 3.

Licenciada Ana Maria Encarnação Sezinando, especialista de informática do grau 3.

14.1 — O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

15 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

(\*) Quando a mesma exista no Centro de Informação e Documentação do Instituto de Informática, os números indicados entre parêntesis a seguir a cada obra correspondem à respectiva cota.

9 de Dezembro de 2004. — A Vogal do Conselho de Direcção, por subdelegação, *Rosa Maria Serieiro Bicho da Costa Peças*.

### Serviços Sociais do Ministério das Finanças e da Administração Pública

**Declaração n.º 321/2004 (2.ª série).** — Declara-se que nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2004 e por meu despacho de 9 de Dezembro de 2004, foi convertida em definitiva a nomeação, em comissão de serviço, da auxiliar administrativa destes Serviços Sociais Dina Maria Ferreira Pires, considerando-se exonerada na mesma categoria do lugar de auxiliar de acção educativa do quadro de vinculação de Lisboa do Ministério da Educação, colocada na Escola EB 1 Condes de Lousã.

10 de Dezembro de 2004. — O Presidente do Conselho de Direcção, *João Inácio Simões de Almeida*.

## MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

**Despacho conjunto n.º 742/2004.** — Considerando que, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 157/2004, de 5 de Novembro, foram aprovadas as linhas orientadoras do modelo de financiamento das concessões rodoviárias em regime de portagem SCUT;

Considerando que, pela referida resolução, foi incumbido o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de encetar negociações com as concessionárias rodoviárias em regime de portagem SCUT para equacionar a reforma do respectivo modelo de financiamento;

Considerando que o regime jurídico constante do Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de Abril, é aplicável a quaisquer alterações na vigência dos contratos de parcerias público-privadas;

Considerando que, de acordo com o referido decreto-lei, se torna necessária a nomeação de uma comissão de acompanhamento das negociações tendentes à reforma do modelo de financiamento das concessões rodoviárias em regime de portagem SCUT e que a mesma comissão deverá ser composta por representantes dos Ministérios das

Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações:

Assim, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de Abril, por força do estabelecido no n.º 2 do seu artigo 14.º, determina-se que seja constituída a comissão de acompanhamento da negociação para a reforma do modelo de financiamento dos contratos das concessões rodoviárias Beira Interior, Algarve, Costa de Prata, Interior Norte, Beiras Litoral e Alta, Norte Litoral e Grande Porto e que integra os seguintes elementos:

- Dr. José Barros, inspector de finanças-chefe, da Inspeção-Geral de Finanças, em representação do Ministro das Finanças e da Administração Pública;
- Dr.ª Margareth Pitta Ferraz, assessora principal da Direcção-Geral do Orçamento, em representação do Ministro das Finanças e da Administração Pública;
- Engenheiro João Manuel de Sousa Marques, conselheiro do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, em representação do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- Engenheiro António Manuel Serrano Pinelo, vice-presidente do Instituto das Estradas de Portugal, em representação do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- Dr. António Flores de Andrade, inspector-geral de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, em representação do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

22 de Novembro de 2004. — O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *António José de Castro Bagão Félix*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *António Luís Guerra Nunes Mexia*.

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Direcção-Geral de Viação

**Despacho n.º 26 411/2004 (2.ª série).** — Por despacho do subdirector-geral de Viação de 11 de Novembro de 2004, no uso de poderes delegados pelo despacho n.º 20 333/2003:

Maria João Rosa de Carvalho Ramos — reclassificada na categoria de técnica superior de 2.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2004. — O Subdirector-Geral, *João Leitão*.

**Despacho n.º 26 412/2004 (2.ª série).** — Por despacho do director-geral de Viação de 19 de Novembro de 2004:

Dr.ª Isabel Maria Rodrigues Feijão Ferreira — nomeada técnica superior de 1.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Novembro de 2004. — O Subdirector-Geral, *João Leitão*.

**Despacho n.º 26 413/2004 (2.ª série).** — Por despacho do subdirector-geral de Viação de 17 de Novembro de 2004, no uso de poderes delegados pelo despacho n.º 20 333/2003:

Mário Manuel de Sousa Reis de Carvalho — reclassificado na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação, com dispensa de estágio. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Novembro de 2004. — O Subdirector-Geral, *João Leitão*.

**Despacho n.º 26 414/2004 (2.ª série).** — Por despacho do subdirector-geral de Viação de 22 de Novembro de 2004, no uso dos poderes delegados no despacho n.º 20 333/2003:

José Carlos Cipriano Carvalho — nomeado técnico superior de 2.ª classe estagiário da carreira de engenharia do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Novembro de 2004. — O Subdirector-Geral, *João Leitão*.

**Despacho n.º 26 415/2004 (2.ª série).** — Por despacho do director-geral de Viação de 19 de Novembro de 2004:

Maria Noémia Gonçalves dos Reis Cordeiro Ângelo — nomeada em regime de substituição chefe da Secção Administrativa da Direcção